

RELAÇÕES ENTRE FEMINICÍDIO DE MULHERES NEGRAS E NARCISISMO CULTURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DE MULHER NEGRA NO BRASIL

Data de aceite: 01/08/2024

Amanda Rayra Dias Campos

Psicóloga formada pela faculdade Católica Dom Orione em Araguaína -TO

RELATIONSHIPS BETWEEN THE FEMICIDE OF BLACK WOMEN AND CULTURAL NARCISSISM: AN ANALYSIS FROM THE REPRESENTATION OF BLACK WOMEN IN BRAZIL

RESUMO: Este estudo analisa a relação entre o feminicídio de mulheres negras no contexto brasileiro à luz de uma abordagem psicológica racializada e psicanalítica que compreende que o racismo estrutura a sociedade e todos os campos relacionais nela existentes, e que nesse sentido, oferta à mulher negra o lugar mais inferior e fatal. Com o objetivo de compreender se estas são os maiores alvos do feminicídio e se isto está fomentado por um aspecto próprio da construção sócio-histórica do nosso país: uma cultura narcisista que privilegia o homem branco e inferioriza a mulher negra. O estudo foi desenvolvido a partir da busca de dados estatísticos sobre o feminicídio negro e leitura acerca dos aspectos relacionados as expressões do Narcisismo na cultura brasileira e a formação da identidade negra. Os resultados alcançados refletem acerca das hipóteses iniciais que associam, no contexto brasileiro, a mulher negra enquanto posta na base da hierarquia social, e portanto, mais suscetível à morte por feminicídio.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio. Mulheres negras. Narcisismo. Psicanálise. Brasil.

ABSTRACT: This study analyzes the relationship between the femicide of black women in the Brazilian context in the light of a racialized and psychoanalytic psychological approach that understands that racism structures society and all the relational fields that exist within it, and that in this sense, it offers black women the place most inferior and fatal. With the aim of understanding whether these are the biggest targets of femicide and whether this is encouraged by an aspect specific to the socio-historical construction of our country: a narcissistic culture that privileges white men and inferiorizes black women. The study was developed based on the search for statistical data on black femicide and reading about aspects related to the expressions of Narcissism in Brazilian culture and the formation of black identity. The results achieved reflect on the initial hypotheses that associate, in the Brazilian context, black women as placed at the base of the social hierarchy, and therefore, more susceptible to death by femicide.

KEYWORDS: Femicide. Black women. Narcissism. Psychoanalysis. Brazil.

INTRODUÇÃO ÀS MARIAS

Maria voltava para casa após mais um exaustivo dia de trabalho. Neste dia havia ganhado um “extra”: pôde levar os restos de comida da festa realizada na noite anterior na casa da patroa. Ganhou os ossos do pernil e as frutas que serviram de enfeite sobre as mesas. Suas crianças nunca tinham comido melão. “Será que os meninos irão gostar de melão?”, pensou ela. As sacolas lhe dóiam a mão. Ela tinha se cortado enquanto preparava o pernil. “Que coisa, faça a laser corta até a vida”.

O ônibus de Maria chega, ela sobe e atrás dela um homem que gentilmente paga sua passagem. Ela reconhece aquele homem, como poderia esquecê-lo? Seu coração insistia em lhe lembrar diariamente sobre ele. Os dois sentam-se juntos. Era ele, o pai de seu primeiro filho, o homem por quem Maria era apaixonada. Esse homem que em outrora fora o seu homem, sussurra ao seu ouvido expressando sua falta, seu “buraco do peito” por não estar perto de sua mulher e de seu filho.

As palavras do homem que Maria entendia turvamente, “dor”, “filho”, “vida”, “morte”, “despedida” e por fim, “um abraço”, “um beijo”, “um carinho no filho”, foram confundidas com o seu levantar brusco seguido do empunho de uma arma, ao passo que outro do fundo gritou “Isso é um assalto”.

A única coisa que Maria portava consigo era uma sacola com seu presente e o melão dos seus meninos, e um corte, não esqueçamos do seu corte. O comparsa do seu ex-parceiro, passa por ela e não lhe pede nada, enquanto arranca os pertences dos outros passageiros. Era a primeira vez de Maria como vítima de um assalto, não sabia o que pensar e nem descrever seus sentimentos por ter visto o seu amor.

Quando os assaltantes descem, Maria, inevitavelmente, acompanha com o olhar, o primeiro. Seu homem lhe deixava mais uma vez. Nesse momento uma voz agressiva soa afirmando veementemente: “Essa puta safada aí da frente conhece os assaltantes”. Seguindo esta condenação, outro declara: “Negra safada, vai ver que estava de conluio com os dois”. Outro com um pouco mais de sensatez exclama: “Se ela estivesse com eles, teria descido também”; “Ela não desceu para disfarçar. Estava mesmo com os ladrões, foi a única a não ser assaltada”. “Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões”. Maria tenta se defender: “Que merda! Não conheço assaltante algum. Não devo satisfação a ninguém!”.

De fato, Maria não conhecia nenhum assaltante, ela conhecia somente o seu amor. “Olha só” - diz um homem que se aproxima dela e juntamente dando um tapa em seu rosto, pontua: “a negra ainda é atrevida!”. Uma outra voz gritou ainda mais alto “Lincha! Lincha!...”

Maria expelia sangue pela boca, nariz e ouvidos. Sua sacola rasgou e o melão dos meninos rolou. Rolou da mesma forma que a preciosa e denegada vida de Maria. O que ela não sabia é que assim como a faca a laser, ser uma mulher negra também lhe podia cortar a vida.

EVARISTO C. Olhos D’água, 2016. (Adaptação da autora).

A violência é elemento cultural presente nos mais variados modelos de organização social e tem como uma de suas bases de apoio, o poder.

Em Totem e Tabu, por exemplo, compreendemos como Freud (1990) se posiciona diante do princípio da civilização, apoiado na teoria evolucionista de Darwin. Ele aponta a existência de uma horda primitiva cujo governador, o pai, é detentor de um poder supremo, sendo assim, o único com autoridade sobre as fêmeas, banindo quem o contrariasse. Os irmãos, porém, em um dado momento, uniram forças contra esse poder absoluto, assassinando-o e tomando seus privilégios.

A partir dessa ilustração apreendemos como a sociedade democrática é construída, com base nessa característica específica, isto é, da ruptura violenta do poder unitário, para seu estabelecimento enquanto plural. E o que temos sobre sua conjuntura estrutural nos é dado a partir das diferentes formas com que se apresenta.

Adiante, uma vez que a violência se estabelece como tal nas relações com o outro, para a análise desse fenômeno é imprescindível considerarmos também o campo social e as interações estabelecidas entre os seus indivíduos.

Historicamente, entendemos a violência como estrutura da sobrevivência de grupos humanos em contextos e períodos específicos. Na pré-história, dados arqueológicos apontam, na era paleolítica, a existência de uma forma singular de violência, particularmente, nas cerimônias de canibalismo. Por outro lado, sem evidências de violência coletiva. (MOTA, 2018).

Na Idade Antiga, a convergência entre poder e violência forjaram as demarcações entre ocidente e oriente. A Idade Média marca confrontos violentos que assinalam seu início em 476 d.C., com a queda do Império Romano, e seu fim em 1453 d.C., com a conquista de Constantinopla pelos povos otomanos. (MOTA, 2018).

A idade moderna, período no qual a agricultura europeia foi ampliada e impulsionada através de melhorias técnicas, impulsionou fortemente as grandes navegações e consequentemente, as viagens com intuito de explorar e colonizar. Neste ponto, com a colonização, a exploração de índios e africanos como escravos os tornaram as principais mãos de obra utilizadas pelos europeus. Nesta era, a América foi um dos continentes mais afetados pela ânsia de subjugar outros povos. Os europeus desembarcaram no nosso continente em 1492, sob o comando de Cristóvão Colombo durante uma expedição espanhola, e logo, portugueses, ingleses, franceses e holandeses, também estabeleceram colônias em terras americanas, trazendo consigo genocídio de diversas etnias populacionais e exploração racial. (MALHEIROS, 1976)

A escravidão foi utilizada como o meio de aproveitarem de forma abusiva os recursos naturais e a mão de obra da América, inicialmente dos indígenas, os quais eram vistos como 'escravos por natureza'. Posteriormente, a colonização estabeleceu a escravização africana, atividade esta consolidada a partir do chamado tráfico negreiro. Esse contato resultou na morte de milhões de ameríndios, quer fosse por crueldade, quer pelas doenças trazidas para essas populações. (MALHEIROS, 1976).

Assim, chegamos à chamada Idade Contemporânea, a pouco menos de 80 anos, a violência atrelada a hegemonia de um povo específico, proporcionou ao mundo um dos piores conflitos erguidos, que resultou na morte de quase 80 milhões de pessoas, a 2ª Guerra Mundial (MOTA, 2018).

Conceitualmente podemos definir a violência como:

o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al 2002, p. 5).

Além disso, a violência ganha dimensões, implicações e denominações diferentes conforme o objeto para o qual ela se inclina. A Organização Mundial da Saúde (OMS) diferencia três grandes grupos: violência contra si mesmo ou autoprovocada; violência interpessoal na condição intra ou extrafamiliar, e violência coletiva, envolvendo grupos políticos, organizações terroristas ou milícias. (KRUG *et al*, 2002).

Nessa perspectiva, a violência contra a mulher, alvo deste trabalho, caracteriza-se como um fenômeno ancorado nos debates de relações de gênero e sua justificativa liga-se a ideologia patriarcal, pois ao conferir aos homens a ideia de poder sobre a mulher, atrelado a “honra masculina”, esse domínio simbólico confunde-se com uma submissão inquestionável.

Pertencia ao domínio masculino, ilustrado pelo homem branco, heterossexual, tido como padrão cultural, manter as mulheres de sua família sob disciplina e controle, sendo legitimamente aceito o uso da violência para tal. E nisto, vê-se cristalizada inconsciente e indiretamente na construção sociocultural brasileira abrangendo tal dominância às mulheres como um todo. (LAGE; NADER, 2010). Este movimento é fomentado por um aspecto próprio da cultura brasileira, o qual nomeamos de “Narcisismo Cultural”.

No Brasil, estamos inseridos em uma lógica eurocêntrica que confere à branquitude o poder, consolidando que a mulher branca seja subordinada e a negra subjugada, excluída, subalternizada, taxada, colocada na posição de serva, operária e escrava, tornando-se o outro do Outro. (GONZÁLEZ, 1988).

Esta estrutura se justifica pelo processo da colonização branca, para qual o racismo desempenhou um papel fundamental na estruturação e internalização da superioridade do colonizador. (GONZÁLEZ, 1988).

Em referência a epígrafe, sendo Maria uma mulher branca teria sido taxada como cúmplice? Ou seria consolada como aquela que foi ameaçada? Assim, podemos supor, firmados em nosso referencial teórico, que a hierarquia que estrutura a nossa sociedade coloca a mulher negra em uma última posição, tornando-se o principal alvo de violência doméstica, logo, de ser vítima de feminicídio. (IPEA, 2018).

Seguindo, damos o nome de Feminicídio quando essa violência propicia, junto a agressão à mulher, o seu óbito. Em outros termos, é a condição da morte de mulher

por menosprezo e discriminação a condição de mulher, isto é, a mulher morta por ser simplesmente essa a sua condição. Por isso o feminicídio é considerado um crime de ódio. Sua sistematização judicial enquanto crime se deu a partir da lei Maria da Penha 11.340 de 2006, a qual concebeu a lei do feminicídio 3.104 de 2015, qualificando-o no rol dos crimes hediondos e qualificados. (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014; MARIA, 2022).

É imprescindível que continuemos a pormenorizar o debate já estabelecido até o momento para instigarmos ainda mais essa produção acerca de qual mulher estamos falando, em que circunstâncias ela se encontra e sob quais aspectos econômicos está emergida.

Dessa forma assumimos que, dependendo de quais respostas obtivermos, pontos diferentes devem ser analisados e verificados para o entendimento dos determinantes sócio-político-culturais responsáveis por levar essa mulher a ser alvo de feminicídio, tendo em vista que a interseccionalidade entre gênero, classe e raça, não pode ser ignorado em nenhum debate político que se detenha nos mais variados campos do saber, uma vez que, as relações de poder estabelecidas entre esses três marcadores sociais, causam dissimetria entre as relações, na ocupação de espaços, no alcance de direito, e sobretudo, no valor que se terá. (DAVIS, 2016).

PERCURSO METODOLÓGICO

A Metodologia Científica está presente dentro do campo da pesquisa e investigação sobre fenômenos utilizados como objeto de estudo. Cabe a mesma apontar e determinar as bases que a ciência tem por rigor, estabelecendo os procedimentos e condutas éticas a serem tomadas diante da elaboração de uma pesquisa, trazendo, dessa forma, a estrutura pelo o qual o pesquisador irá se movimentar desde os primeiros passos até a conclusão daquilo que se dispõe a investigar. Dessa forma, a metodologia é o instrumento de orientação e controle dentro de uma pesquisa, tendo um papel de destaque no desenvolvimento eficiente dos resultados. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Partindo do exposto, este trabalho é construído com as seguintes diretrizes:

Caracterização

A pesquisa desenvolvida adota o método hipotético-dedutivo, pensado sobre uma natureza básica. Esse método tem seu ponto de partida na percepção de uma falta ou falha no conhecimento, e sobre esse é levantado hipóteses a partir do processo de inferência dedutiva. As hipóteses levantadas são testadas em suas predições de ocorrência, sendo estas comprovadas ou refutadas. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Sendo de abordagem qualitativa, visa entender seu fenômeno proposto no contexto em que o mesmo ocorre e do qual é parte, dessa forma, o objeto de estudo foi captado segundo a perspectiva das pessoas envolvidas nele, sendo fomentado por um enfoque

explicativo para contemplar seus objetivos, tanto quanto, pelos pressupostos contidos no Código de Ética da Psicologia e na Referência Técnica desenvolvida pelo Conselho Federal de Psicologia na atuação voltada para os fenômenos raciais. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Perguntas orientadoras

Devido a mulher negra ser posta na base da estrutura social, estaria ela mais suscetível a tornar-se alvo do feminicídio? E assim, o que estaria fomentando a cultura brasileira de modo a perpetuar essa condição pode ser visto como reflexo de uma lógica social narcisista?

Hipótese

Os dados que apontam o aumento e quantidade de feminicídios contra mulheres negras podem tecer relações, na perspectiva psicanalítica freudiana, com um tipo de narcisismo específico, um próprio à cultura, que coloca a mulher negra como base da estrutura social, sendo, portanto, mais suscetível a essa forma de violência.

Assim, o presente trabalho tem por finalidade compreender e discutir as questões relacionadas à violência contra mulher negra, sobretudo, na formação de sua identidade no contexto brasileiro, buscando esclarecer porque ela teria se tornado o maior objeto contra o qual a morte produzida a partir de aspectos de raça e gênero, tem encontrado nesta, seu alvo principal.

Objetivo geral

Analisar as relações entre os reflexos do narcisismo na cultura e o feminicídio de mulheres negras no Brasil, a partir de sua representação na estrutura social do país construída historicamente desde a invasão europeia e imigração africana imposta.

Objetivos específicos

Demonstrar que a mulher negra se encontra psíquica e culturalmente tanto na base da psique quanto na base da estrutura social e cultural brasileira.

Apresentar a partir do mapa da violência, os indicativos relacionados ao feminicídio contra a mulher negra no Brasil.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa em questão é de cunho bibliográfico, definido por se caracterizar como um tipo específico de produção na área científica, podendo ser realizada através de livros, artigos científicos, ensaios, dicionários, revistas, resenhas e outros. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A fundamentação teórica realizou-se a partir de livros, sites e artigos científicos de plataformas acadêmicas como Google Acadêmico e Scielo, utilizando como método de leitura a de base analítica, a qual descreve uma leitura compassada, que visa a absorção total do conteúdo e um entendimento legítimo sobre aquilo que o autor se propõe a explicar (FREITAS, 2015).

Aqui foram descritos a base metodológica do trabalho. Na seção a seguir são apresentados os aspectos teóricos.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO: O LUGAR DA MULHER NEGRA

Cresci vivendo em cabanas velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Usávamos lama e musgo para tapar alguns buracos nelas, mas em outras, não era possível. Nossas camas feitas de armações de estacas pregadas na parede com colchões velhos rasgados por cima, não eram tão boas para se dormir, na verdade, era bem difícil, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então, assim que fiz dez anos, o senhor disse: “Leve essa preta para aquela plantação de algodão”.

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe, 2016. (Adaptação da autora).

REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

A escrava

Podemos iniciar a história da mulher negra no Brasil a partir de sua identidade, ou melhor, pela via de sua perda identificatória. Em sua terra, a mulher de pele escura era simplesmente uma mulher, nenhum outro título lhe acompanhava, não havia motivos para um “sobrenome” em sua denominação, entretanto, a primeira coisa que lhe fora imposta foi uma nova nomeação, o que conseqüentemente, lhe trouxe uma perda nesse mesmo sentido. Agora, ela não é mais chamada por seu nome ou pelo papel que biologicamente lhe fora imputada. A partir de sua entrada no Brasil, um termo somente lhe foi designado: escrava. (DAVIS, 2016).

Ao ser rotulada como escrava, a mulher negra passa a ter uma relação intrínseca com o trabalho. Du Bois (2021) aponta que o espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras atualmente é um reflexo direto da condição estabelecida como um padrão durante os primeiros anos da escravidão, e dessa forma, o trabalho compulsório no qual eram alvas lhes ofuscavam todos os seus outros aspectos existenciais.

Concomitantemente a sua perda identificatória e sua inserção imposta e inflexível no âmbito do trabalho, seria surpreendente se essas mulheres não se tornassem indivíduos sem vontades, desejos, negligenciadas, subalternizadas e violadas. Sendo colocadas em um lugar de não-gente, só lhes restaram o lugar de objetificação.

Davis (2016) contribui com essa questão ao relatar que o sistema escravista em si definia a população negra como propriedades. González (1988, p. 73) corrobora apontando que o racismo latino-americano, mantém, a partir de sua sofisticação, os negros na condição de “segmento subordinados no interior das classes mais exploradas”.

Além das mulheres negras sofrerem opressões idênticas às dos homens, no que diz respeito ao trabalho pesado, força e produtividade, sob a intimidação de açoites, elas também eram alvos de crueldades como o estupro.

Essas mulheres eram tratadas por conveniência a partir da necessidade de seu senhor. Assim, quando necessitavam de lucros, elas eram exploradas por sua força de trabalho, e quando, por outro lado, eles sentiam necessidade sexual seus papéis eram reduzidos puramente a sua condição de objeto-fêmea. (DAVIS, 2016).

Elucidando os pontos citados, Giacomini (1988, p. 26) declara que:

[...] as mulheres negras e escravas, [...] sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também, escrava. Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes segmentos (*adaptação nossa*).

Sob tal ótica de subjugação, sua dimensão materna lhe foi tomada para servir as crianças da casa grande. A figura outrora de alteridade e poder em seus impérios, na condição de escravizada assiste, não sem resistência, sua representatividade violada e cultura marginalizada. (CARNEIRO, 2020).

A abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, reforçou aquilo que já era previsto: o papel da mulher negra permaneceria intacto na sociedade. Bortoncello (2018) afirma que a mulher em condição de ex-escrava e em pobreza, continuou excluída na sociedade pós-abolicionista e marginalizada em virtude do poder racista de dominação trago pelo o homem europeu.

Deste modo, a sociedade brasileira, que pauta sua movimentação a partir de gênero, classe e cor, as mantiveram nas mesmas condições em que já estavam, reforçando esse lugar ainda nos dias atuais.

O objeto

No pós-abolição, a condição da mulher negra no Brasil foi diferente da do homem negro. A liberdade proclamada nesse movimento não foi concretizada. A mulher continuou sem autonomia sobre seu corpo, trabalho e filhos, sendo discriminada por seu gênero, cor da pele e agora, classe social, encontrando diante de si um caminho de mais violência e injúria. E uma vez subalternizada e objetificada, não beneficiando a sociedade, o seu fim é esperado, uma morte, física ou simbólica, que tem por marca poder, gênero e raça.

A lei Áurea não foi acompanhada de políticas públicas que assegurassem aos agora “escravos libertos”, terras, educação, direitos civis ou dignidade, e não aboliu os estigmas construídos a partir da cor e sexo das mulheres negras. Contrariamente, as diferenças e discriminação foram refundadas sob novas bases sociais e étnicas a partir de políticas públicas urbanas e higienistas. (PAIXÃO; GOMES, 2010).

A mulher negra, ex-escrava, foi inserida em uma invisibilidade social que a colocou na base da hierarquia social caracterizada nas categorias de gênero, classe e raça, conforme a figura 1 demonstra:

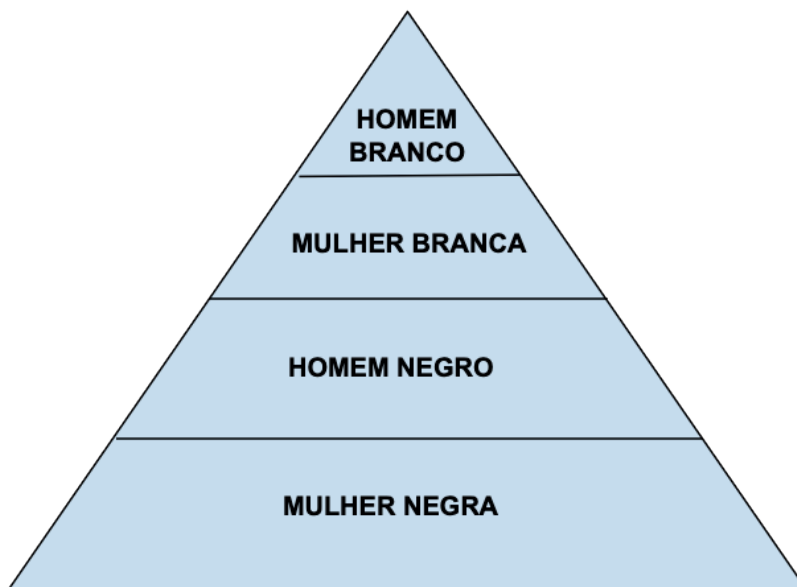


FIGURA 1 - Representação da hierarquia social de acordo com gênero e cor.

Segundo Carneiro (2020) as mulheres negras formam um grupo específico e limitado com identidade de objeto, são mulheres que trabalharam há séculos como escravas nas lavouras nas ruas, e em instituições, não podendo visualizar suas pautas de lutas. Mais tarde, foram postas no lugar de empregadas domésticas e babás, enquanto mulheres não negras avançavam na luta do feminismo do século XX.

O racismo apossou-se do corpo da mulher negra, tanto no sentido de o oprimir, constranger e o dominar, quanto no de erotizar e objetificar. O racismo imprime no corpo da mulher negra uma lógica de sedução, o qual só serve para ser usado diante do prazer masculino. (ASSIS, 2018).

González (1979) pondera que a mulher negra é percebida mediante dois tipos de classificação: doméstica e mulata, sendo esta última uma “profissão” criada pelo sistema dominador para atribuir a esse corpo feminino negro uma condição de mercado e produto

que pode ser exportado. Os dois estereótipos atribuídos à mulher negra as colocam em uma posição de “mulher que não serve para um relacionamento sério”. Se por um lado é vista como a ama-de-leite, a criada pobre e ignorante, por outro, é um objeto sexual. Temos então a seguinte lógica defendida por Pacheco (2008): “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”.

A sociedade não aceita o corpo e a beleza da mulher negra, e a junção da estigmatização dos traços corporais da mulher negra e o padrão eurocêntrico de beleza estabelecido, resultam na solidão da mulher negra, o que explica porque com estas não se assume relacionamento sério, ainda que se mantenha relações afetivas, sendo a mulher branca, por outro lado, assumida publicamente sem exatidão. (PACHECO, 2008).

Fanon (2008) em *Pele Negra, Máscaras Brancas* traz apontamentos significativos para a discussão traçando uma análise acerca do racismo como um fenômeno opressor que se expressa no corpo, na sexualidade, na erotização e na regulação das preferências afetivas e sexuais dos indivíduos.

O racismo movido pela lógica patriarcal no período escravista usurpou não somente a mão-de-obra da mulher negra tornando-a a ama-de-leite, a cozinheira, arrumadeira ou a escrava, mas também, alcançou seu corpo como uma “mercadoria/objeto nas investidas sexuais dos senhores”. Essa objetificação se estrutura como a própria lógica do sistema escravista, onde as potencialidades do escravo são totalmente apropriadas para servir ao senhor. E no caso da “escrava objetificada”, seu corpo, que pode ser explorado e usado como bem se entender, já que não lhe pertence. (GIACOMINI, 1998 apud PACHECO, 2008).

Pacheco (2008) aponta sobre a forte associação que há entre doméstica e objeto sexual. A autora relata que no início da década de 90 o feminismo negro brasileiro recebeu grande mobilização política, sendo a especificidade de “ser mulher negra” a temática que mobilizava a organização do Movimento Negro contemporâneo e de consolidação do Movimento Feminista. Foi nesse contexto, que Pacheco participou de reuniões com pautas voltadas para relacionamentos afetivos entre homens e mulheres, onde interpelava-se sobre como encontrar um parceiro fixo para consolidar uma relação afetiva estável era uma dificuldade para mulheres negras.

O entendimento que se tinha era que tanto para homens brancos quanto para negros, as mulheres negras não eram as parceiras preferidas para a estruturação desse tipo de relacionamento, sendo postas em um quadro de solidão, já que as mulheres brancas eram tidas como prediletas para a posição de parceira afetivo-conjugal. (PACHECO, 2008).

O Movimento Negro Unificado (MNU) (1992) emitiu um documento que reitera este ponto, Pacheco (2008, p. 15) cita uma parte dele da seguinte forma:

A mulher negra sofre de maneira mais profunda a pressão no sentido do branqueamento, especialmente, do ponto de vista estético [...] E por ser, geralmente, a principal responsável pela educação dos filhos, a mulher negra é utilizada como canal de repasse dos sentimentos de inferioridade impostos pela sociedade, e que causa tantos danos à auto-estima de crianças e jovens negros. Por outro lado, o homem negro, também vítima destas contradições, tende a afastar-se da mulher negra em virtude da ideologia que os inferioriza, relegando-a a solidão [...].

O movimento feminista surgiu com uma carência em seu interior. Como já citado em outro tópico, as mulheres negras foram postas do lado de fora e não tiveram suas pautas e necessidades integradas. Nisto, Ribeiro (1995) aponta que negar as particularidades das mulheres foi um dos problemas do feminismo. As pautas de debates sobre corpo e sexualidade eram contraditórias às vivências concretas de mulheres negras e pobres.

Os projetos políticos de independência, liberdade e autonomia do movimento feminista não contemplavam as demandas das mulheres negras. Pacheco (2008, p. 15) fala que exista um “desencontro histórico entre ambos”. As feministas brancas lutavam pela conquista do direito ao aborto e celibato, e as negras acusavam o processo de esterilização imposta sobre elas; enquanto mulheres brancas em algumas correntes mais radicais do feminismo contestavam o casamento formal e formação de família, mulheres negras falavam sobre solidão.

A Revista Veja publicou em abril de 2005 uma matéria chamada de “Capitais da Solidão” que tinha por intuito analisar quais as cidades brasileiras com maior índice de mulheres que se encontravam sozinhas do ponto de vista de não estarem se relacionando afetivamente. A Fundação Getúlio Vargas compilou dados que provaram que a solidão da mulher aumenta e a masculina diminui depois dos 30 anos. A Bahia de acordo com o referido estudo foi apontada como a região onde residem o maior número de mulheres sozinhas, tendo a cidade de Salvador a porcentagem de 51%. Uma simples e bela coincidência ou uma clara explicação por ser essa a região onde há a maior concentração (80%) da população negra brasileira?

O fenômeno da solidão nestas mulheres sucede a condição de como os seus corpos são percebidos. Como uma espécie de mito social, esse corpo é racializado e sexualizado levando a mulher negra brasileira a não se enquadrar como a parceira ideal, já que a sociedade em que ela reside tem um ideal de ego embranquecido e que a toma, por assim dizer, como o seu objeto de não identificação. Por outro lado, pela erotização do seu corpo, permanece no mesmo espaço simbólico em que foi posta desde o período escravocrata: o objeto de desejo do homem branco, que a sustenta nesse lugar solitário, de celibato involuntário, com maior porcentagem de não estarem em um relacionamento conjugal. (PACHECO, 2008).

Brookshaw (1983) confirma o exposto apontando que à mulher negra tomada como mulata é vedada a condição de ser esposa ou mãe, já que a mesma é símbolo de

liberalidade sexual. Não sendo respeitada em suas dimensões de mulher e indivíduo, esse “não ser” é percebido como aquela que atrai os homens e por eles é explorada, e explorados para receber o que quer em troca do sexo.

Fanon (1983) percebe toda essa situação a partir do racismo, o sistema que dominou o período colonial, como também, o pós-colonial. Sua presença é tão impactante que até o homem e mulher negra o introjetaram. Essas interiorizações se refletem na “negação histórico-corporal-afetivo-sexual de si mesmo e do outro”, em outras palavras, os indivíduos negros estruturaram seus aspectos de desejos, subjetividades, escolhas afetivas e sexualidade a partir do modelo ideológico gravado pelo racismo.

O racismo atuando no campo das escolhas afetivas significa que o indivíduo alvo não terá possibilidade de escolha. Sendo, então, a mulher negra indubitavelmente esse indivíduo, ao ser escolhida como parceira amorosa, compreende simbolicamente que deverá permanecer, uma vez que, o presente sistema de dominação não a vê como um sujeito de escolha. E nisto entendemos o grande número de casos de mulheres negras vítimas de relações insatisfatórias: o medo da solidão que as ronda. (PACHECO, 2008; FANON, 1983).

De maneira concomitante ao exposto, temos na história do nosso país duas histórias sobre dois tipos de mulheres diferentes (branca e negra), o que torna inviável falarmos sobre a conjuntura histórica e cultural das mulheres sem fazermos uma diferenciação sobre quais delas estamos nos referindo, pois, a história da mulher negra inclui violência física e simbólica, provocando-lhe marcas de lesões morais e psicológicas por todos os papéis que fora posta desde sua vinda. (BOURDIEU, 2002).

NARCISISMO E CULTURA

Quando eu tinha uns 13 anos de idade, estava conversando com alguns amigos e do nada um deles virou para mim e falou na frente de todos que Deus tinha me amaldiçoado porque me fez negra e mulher.

Relato anônimo de uma mulher negra à plataforma “Racismo à Brasileira, 2022. (Adaptação da autora).

O conceito de narcisismo

Na Psicanálise o Narcisismo não se restringe a uma fase de desenvolvimento que deve ser ultrapassada para que se chegue a uma outra fase mais madura. Contrariamente, o conceito postulado por Sigmund Freud nos é apresentado como fenômeno estrutural presente na dinâmica psicológica dos seres humanos. Desse jeito, sempre vivemos com uma reserva da libido voltada ao eu, que não se permite ser esvaziada em nenhuma circunstância, nem mesmo nos quadros mais elevados de enamoramento (NICÉAS, 2013).

O narcisismo equivale à explicitação da fundação do eu, e, na atualidade, tornou-se a estrutura predominante. Nesse sentido, somos atingidos por laços sociais limitados ao passo que nós mesmos os criamos.

No contexto de explicação e teorização do conceito de narcisismo, Freud apresenta um jogo onde a libido se reparte, articulando, para esse fim, doenças orgânicas, neuroses e/ou hipocondria. Ao apontar sobre a influência da doença na distribuição da libido, o indivíduo abandona toda a sua relação com as coisas ligadas à realidade exterior que não estejam ligadas ao seu sofrimento, e retirará, também, seu interesse libidinal dos objetos alvos de seu amor. (NICÉAS, 2013).

Por conseguinte, a libido retrocede ao Eu até que a cura ocorra e o enfermo consiga investir novamente em seus objetos. Nessa perspectiva, Freud afirma que a libido e o interesse do eu compartilham um mesmo lugar e são indistinguíveis, manifestos no egoísmo presente no indivíduo. (NICÉAS, 2013).

Um outro estado apontado por Freud é o hipocondríaco, o qual de modo semelhante ao que acontece na doença orgânica, há um retraimento do interesse e da libido que estão direcionadas ao mundo exterior, entretanto, neste, há um interesse diferente e peculiar porque a libido retirada de fora concentra-se em um órgão elegido. (NICÉAS, 2013).

Em resumo, referimo-nos ao narcisista como um indivíduo que tem um comportamento para com seu próprio corpo da mesma forma que trata, via de regra, aquilo tomado como objeto sexual. Com isso, podemos inferir, quando tratamos de sociedade, que a branquitude apresenta, em suas relações com o racismo, alguns aspectos narcísicos.

Para aprofundarmos, voltemos um pouco a sua teoria. Em seus escritos metapsicológicos de 1915, Freud aponta uma distinção entre pulsão e instinto. Enquanto no primeiro o objeto, ou seja, o local de destino da energia, é variado, não sendo essa variabilidade um impedimento à satisfação pulsional, no outro, o objeto pode ser chamado de natural uma vez que já é determinado. Trocando em miúdos, na elaboração freudiana do conceito de pulsão o que sempre se efetiva é a satisfação, sendo o objeto apenas um meio para a efetivação do circuito de satisfação pulsional, sendo o verdadeiro objeto da pulsão não o meio pelo qual ela consegue sua satisfação, mas ela em si, isto é, sua meta. (NICÉAS, 2013).

Em continuidade, apoiados na primeira diferenciação dicotômica entre pulsão e instinto, temos mais uma polaridade dentro do conceito de pulsão, assim classificadas: pulsões do eu, ligadas a autoconservação do sujeito e responsáveis pela proteção do corpo do indivíduo, conduzindo-o a sobrevivência; e pulsões sexuais, as quais auxiliam na reprodução das espécies e se destinam aos objetos. Para esse último grupo Freud destina a concepção de libido. (NICÉAS, 2013).

Nesse contexto, o narcisismo enquanto conceituação promoveu uma segunda oposição no campo das pulsões, ligada à diferença quanto ao destino da libido, sendo dividida em 'libido do eu' - e nesta estaria firmada a existência do narcisismo -, e 'libido do objeto'.

Uma vez que a superioridade só existe à medida que há um outro considerado inferior, o objeto pulsional de satisfação tem de se manter no lugar elevado de melhor a partir do subjugamento do indivíduo desejante, ou em posição de desclassificação, caso outro objeto seja mais atraente e traga mais possibilidade de gozo baseado no ideal de ego daquele que deseja.

Adiante percebemos que, para a psicanálise, o termo tido como antônimo de narcisismo, é o de 'diferença'. Freud (1925, apud REINO; ENDO, 2011) discorre sobre a tentativa da criança em negar a diferença trazida pela mulher, a ausência do falo. Tal percepção confronta o monismo fálico, isto é, a crença do falo universal, que todos possuem e aqueles que ainda não o portam, o terá. E é o reconhecimento da existência do falo (e de sua não existência em certos indivíduos) que afirma a existência da castração.

A diferença que advém do conhecimento da anatomia do corpo feminino coloca a projeção corporal narcísica em dúvidas. Desta forma, se não é mais possível sustentar que todos os corpos possuem um falo, a projeção plena e completa do próprio corpo é corrompida: na menina falta algo e no menino há a possibilidade da perda, emergindo a ideia da diferença sexual que abala fortemente “os contornos da imagem corporal – um dos nomes do narcisismo”. (REINO; ENDO, 2011, p. 18).

O objeto de amor narcísico é aquele para o qual depositamos nosso lado bom, esse objeto é escolhido a partir do arquétipo do seu ego ideal, e se por um lado temos um objeto de amor identificatório, por outro temos um objeto alvo do ódio narcísico, aquilo que receberá o descontentamento que dirigimos ao nosso lado ruim. (BENTO, 2002).

Em Miguelez (2007) temos que o narcisismo marca o ponto de oposição ao reconhecimento da diferença, em outras palavras: aquilo que resiste ao outro ou àquilo que será resistido no outro. Esse amor narcísico à sua própria imagem é tão retrógrado e rígido que entra em guerra com qualquer sombra de divergência e desvio que o outro traga, uma vez que, as percebe como um insulto. Tudo o que difere da idealização narcísica lhe ameaça, e portanto, o narcisismo se opõe ao reconhecimento do diferente e eleva o desejo de sentir-se superior ao outro.

Bento (2002) aponta que nesse processo o que se compromete é a capacidade de identificação com o outro, se esse outro é diferente, não somente a ele, mas todo os outros que compartilham de quem este é serão alvos de uma intolerância generalizada.

Branquitude

Para compreensão da subseção a seguir se faz necessário abordarmos algumas considerações acerca do conceito de branquitude.

A branquitude é um lugar de privilégio social, econômico e político a partir da categoria de raça. A branquitude é o que preserva e mantém as hierarquias raciais. É o que faz com que os indivíduos percebam as desigualdades sociais, mas sem associá-las à discriminação. (BENTO, 2002).

Para Frankenberg (2004 apud SILVA, 2017) a branquitude é fruto da história, um lugar de “vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial”, e uma categoria que define as relações entre brancos e não-brancos, já que ela contorna as relações subjetivas que são estabelecidas a partir da interseccionalidade entre raça, classe, gênero, religião, sexualidade, etc. E por conta dessas várias confluências porta um caráter mutável em conceituação e rígido em sua influência, mas sempre presente.

Percebe-se, então, que a posição de privilégio concedida ao branco não é qualquer casualidade. No Brasil ser branco é ganhar um lugar superior na hierarquia social, ainda que não se perceba, ao passo que ser negro rebaixa essa posição. (MEINERZ; STRÖHER, 2021).

McIntoshi (1989, p. 10) confirma essa condição ponderando que

[...] os brancos são cuidadosamente ensinados a não reconhecer privilégios de brancos, assim como os homens são ensinados a não reconhecer privilégios de homens. Então, comecei de maneira não instruída a perguntar como é ter privilégio de brancos. Cheguei a ver o privilégio branco como um pacote invisível de ativos não adquiridos com os quais posso contar em dinheiro todos os dias, mas sobre o qual eu 'deveria' permanecer inconsciente. O privilégio dos brancos é como uma mochila invisível e sem peso de provisões especiais, mapas, passaportes, livros de códigos, vistos, roupas, ferramentas e cheques em branco.

Além disso, a branquitude é algo consciente apenas as pessoas negras, os brancos não notam a discriminação. E ainda que se fale que a desigualdade e a condição da grande parte das pessoas negras são consequência do período escravocrata, nada se diz sobre a “herança branca da escravidão” (BENTO, 2002, p. 46).

Narcisismo e relações culturais

Aqui, produzimos uma analogia da construção narcísica aplicada ao contexto cultural, sobremaneira a brasileira.

Quando, então, a vivência cultural existente, toma por objeto de amor o padrão europeu de branquitude e, à semelhança do complexo de Édipo, torna tudo o que se contrapõem a isso passível de eliminação, aqui representado na negritude. Por isso, tanto para a sua autopreservação quanto para a manutenção desse padrão é gasto um alto investimento libidinal, tornando o branco e sua simbologia vinculadas a um ideal de ego cultural que deve ser, a todo custo, alcançado. Em concomitância, a negação do negro nos âmbitos físico e simbólico.

Cá, percebemos um componente narcísico presente nas desigualdades raciais próprias da cultura brasileira.

A cultura brasileira, como um amplo organismo desejante, deseja à maneira de Narciso: em qualquer superfície que olhe, uma só imagem é capaz de vislumbrar, a imagem da hegemonia branca. Há uma negação de parte de sua identidade, e o branco torna-se não só o amado, mas também o ideal de ego a ser alcançado.

Sobre esse aspecto, González (1988) traz contribuições ao apontar que o inconsciente brasileiro tem em sua construção a forja de concepções europeias embranquecidas, porque a formação histórico-cultural do Brasil deu-se a partir desse pensamento de uma superioridade branca, vinda do iluminismo europeu, cuja dinâmica foi pautada na determinação de caráter e comportamentos e valores tendo como base a ideia de homem universal, não correspondente à pele negra e colonizada. (MUNANGA, 2002).

Adiante, relacionamos o modelo branco como quase que exclusivamente usado nos meios de comunicação, evidenciado quando a mídia deseja retratar uma família, um jovem ou uma criança. A conjectura simbólica do belo, bom, agradável, delicado, entre outros adjetivos, tende a referir-se a um padrão estruturalmente determinado. Nesse âmbito, que pautamos o narcisismo, na cultura move-se como um elemento de dupla dinâmica: preservando a hegemonia dessa imagem e gerando aversão ao que se contrapõem, adjetivando-o como estranho, diferente, feio, rude... (BENTO, 2002).

Essa condição própria do processo sócio histórico de produção da cultura brasileira, respalda-se a partir do amor narcísico e suas identificações. A escolha do objeto deste amor se faz tendo em vista o modelo de si mesmo, isto é, de seu ego. Ama-se o que é, o que se foi ou o que se gostaria de ser. (FREUD, 1990).

A mudança de um poder hegemônico moldado no homem branco e concentrado na modernidade sobre a Europa fez com que o homem europeu ganhasse, sobretudo, no âmbito identificatório, um lugar “universal” em comparação aos africanos e indígenas no território brasileiro. (DIOP, 1985)

Essa condição fez com que esse Outro se tornasse ameaçador. Em aspectos psicanalíticos temos uma condição totalmente narcisista e projetista. Narcisista em ter a si próprio como modelo ideal, impondo a todos os indivíduos que alcancem o padrão para que sejam aceitos e minimamente respeitados. E projetista na condição de que, se o ego desse sujeito (cultura) é narcísico, logo, é perfeito, e desse modo, suas mazelas são projetadas nesse outro que ameaça, pois caso assumidas maculariam o modelo vigente. (FREUD, 1990)

Na projeção, Bento (2002, p. 12) aponta que:

Os sujeitos perdem a capacidade de discernir entre o que é deles e o que é alheio, e então tudo vira falsa-projeção, exterioridade. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa de sua força, constituem uma ameaça para ele próprio. Ao projetar os impulsos consegue livrar-se deles e, ao mesmo tempo, reagir a eles, como algo que pertence ao mundo exterior. É um tipo de paranoia que caracteriza frequentemente quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios. Assim, projeta seu medo e se transforma em caçador de cabeças.

Ainda, de acordo com os pressupostos da psicanálise, podemos explicar a projeção como “a transferência dos impulsos socialmente condenáveis do sujeito para o objeto”. É essa transferência, que assim como no indivíduo narcísico, justifica e legitima a ideia de sua superioridade. O que nos fez termos uma cultura fomentada por desigualdade, preconceito, discriminação, apropriação concreta e simbólica, e manutenção de privilégios. Em um sentido prático e explícito dessas colocações, temos o mito do homem negro esturpador e da mulher negra “fácil” e promiscua. (BENTO, 2002; DAVIS, 2016).

Estudiosos como Octavio Lanni, Fúlvia Rosemberg e Ana Célia da Silva corroboram apontando que na comunidade visual, a imagem do negro é dada de forma estigmatizada, depreciada, desumanizada, pejorativa, associada ao que é demoníaco. (CARONE; BENTO, 2016).

Ribeiro (2017, p. 40) destaca que enquanto a mulher branca é posta em um lugar de ‘o outro’, a mulher negra está posta como ‘o outro do outro’, uma vez que esta enfrenta uma ‘dupla carência’, não sendo nem branca e nem homem, é uma antítese de branquitude e masculinidade.

Somos capazes de inferir com evidências que a dor orgânica do Brasil neurótico é ter que admitir a existência de um racismo próprio à sua estrutura e que, portanto, o leva a defender-se a partir da denegação do mesmo, e da sua sublimação a partir do mito da democracia racial. E em sua condição hipocondríaca, elege a mulher negra como seu maior órgão de afetação. Uma vez que esta foi culturalmente posta como a entidade máxima de submissão, também é vislumbrada como a parte mais fraca. E neste ponto, o retorno do recalcado - a negação do racismo - se dá a partir do órgão constitucionalmente elevado a posição de inferior: a mulher negra, que sofre, quer escancaradamente quer sutilmente os mais diversos infortúnios, simplesmente por ser mulher e sobretudo, por ser negra. (GONZÁLEZ, 1980).

Neste sentido, a negação do racismo se dá a partir do conceito o qual Bento (2002) descreve como pacto narcísico da branquitude. Um pacto de silêncio, apoio e fortalecimento aos que são iguais, que objetiva a preservação, conservação e manutenção dos privilégios e interesses compartilhados por uma classe - branca. Sendo o silêncio o pilar central que o mantém, junto com discursos de culpa e desvalorização do indivíduo negro. É em virtude disso que várias Marias são mortas e culpadas. (Voltar à primeira epígrafe). A não identificação social e cultural, e o pacto narcísico, lhes têm imprimido violação, agressão e feminicídio.

Não podemos esquecer que a rejeição de algo é primeiramente cognitiva/psicológica, após, se estendendo ao físico: acesso, maiores opções, direito de escolha, liberdade, educação, saúde, dignidade...

Concordo com a hipótese levantada por Bento (2002) que o que ocorre nas relações raciais hierarquizadas é o que acontece no amor narcísico, tanto no viés identificatório no amor objetal, tanto no ódio narcísico gerado pela não identificação.

RACISMO ESTRUTURAL

Luiza, uma mulher negra de 31 anos, passou sua infância toda tendo que testemunhar sua mãe sendo espancada por seu pai e não conseguiu escapar do ciclo de violência. Após sofrer agressões de seu marido e ter sua filha ameaçada por ele, o próprio pai, tentou efetuar denúncias contra ele, mas não conseguiu. No lugar onde deveria encontrar apoio e proteção, encontrou negligência e desencorajamento. Ao procurar a delegacia da mulher teve por resposta da delegada a seguinte fala: “Eu não posso fazer nada por você, precisamos esperar acontecer alguma coisa”. Luiza ou a filha teriam que sofrer algo físico para terem indícios suficientes para ‘qualificarem’ a denúncia. “Até lá eu já estarei morta”, responde Luiza.

Relato real de uma mulher negra registrado no site Azmina, 2020. (Adaptação da autora).

O racismo, em suas mais diversas formas de manifestação, visa um objetivo somente: exploração/opressão. Este, é conhecido mais claramente em duas vertentes que portam características próprias: racismo aberto e racismo disfarçado. O primeiro, próprio das sociedades de linhagem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, exclui a miscigenação, uma vez que os grupos brancos não negociam sua “pureza” e “superioridade”, apesar de, o estupro e exploração sexual contra mulheres negras serem fatos presentes, e deste modo, a consequência reside na segregação e exclusão dos grupos não-brancos. O racismo disfarçado é cultura própria das sociedades de origem latina, o qual é chamado também de racismo por denegação. O mesmo dá ensejo para as teorias da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. (GONZÁLEZ, 1988).

Carneiro (2020) aponta que ao racismo cabe o poder de inferiorizar, a partir da população em geral, o negro e todos os seus segmentos e a mulher negra em específico. Tendo, também, um papel de operar divisão na luta pelos privilégios de mulheres, uma vez que essa luta se apresenta diferentemente para mulheres brancas e negras.

O Brasil, como parte da América Latina, classifica-se no âmbito das manifestações racistas veladas. Até 1951, o país citado era tido como um exemplo de harmonia racial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO financiou um projeto de pesquisa que visava propagar uma ideia de neutralidade entre as raças. Através do Brasil como uma exemplificação de um modo a ser seguido na harmonia entre os diferentes, visando assim, inspirar outros países.

Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Costa Pinto e Thales de Azevedo foram alguns dos especialistas chamados para o desenvolvimento deste trabalho. Os mesmos observaram que a hipótese inicial de uma democracia racial e harmonia era utópica e encontraram preconceito e discriminação no âmbito privado, mascarados por não serem conflitos abertos.

Almeida (2019) aponta que o racismo é sempre estrutural, este integra e organiza a economia, a política e a sociedade como um todo. Dessa forma, segundo o autor citado,

o racismo deve ser visto como uma manifestação normal e não como uma patologia ou anormalidade dentro de uma sociedade. E uma vez que todo racismo é estrutural e, portanto, consolidado no sistema, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia que reproduzem as mais diversas formas de desigualdade e violência.

A Referência Técnica para a Atuação de Psicólogas(os) (2019, p. 11), pondera que a hierarquia criada pelo racismo historicamente, atribui ao grupo racial negro os lugares e posições mais desqualificadas, e o topo da hierarquia, ao grupo racial branco. Dessa forma é descrito:

Esse escalonamento marca suas identidades e seus modos de vida, pois, se o topo, portanto, o ideal, está associado à população branca, ela tem maior probabilidade de constituir-se subjetivamente de forma afirmativa, já a população negra é comumente assolada por uma luta constante e, às vezes, inglória, contra o sentimento de inferioridade e, junto com ele, o de culpa por não corresponder àquele suposto ideal, bem como pelo sentimento de angústia por persistentemente passar por situações de opressão.

A compulsão à repetição do racismo na cultura brasileira, ou seja, sua consolidação ao invés de desaparecimento, mostra que o racismo não foi elaborado (no sentido psicanalítico) na dita abolição da escravatura. O retorno do recalcado sempre surge com um caráter de compulsão. O substituto, que apesar do recalque encontrou uma satisfação reduzida e deslocada por não ser o mesmo objeto original, não se apresenta conscientemente como uma satisfação. Entretanto, esse sintoma traz consigo características de ambivalência, uma vez que satisfaz o ID e o Superego, mas não o Ego. A presença, então, desse sintoma embora cause desprazer consciente se mantém em virtude de proporcionar prazer inconsciente. Nas palavras de González (1980, p. 224) “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”.

Nesse contexto, a manutenção do racismo estrutural, o qual porta esse caráter compulsivo, se dá a partir do que Freud (1996) vai denominar de ganho secundário da doença. Onde embora uma parte do organismo chamado Brasil seja afetado e morra, a parte dominante continua em seu plano de dominação, com suas regalias e ganhos. Por que, então mudar tal estrutura?

Esse racismo não elaborado e que antes aparecia direta e explicitamente, com os negros escravizados, explorados e subjugados, sutilizou-se, uma vez que o Brasil enfrentava grande pressão de países externos para que optasse pelo fim da escravidão, manifestando-se após a assinatura da Lei Áurea em 1888 de forma indireta e implícita já que não poderia se desfazer por ser estruturalmente aquilo que organizou o ego e o ideal de ego da cultura brasileira. Portanto, podemos compreender que somente suas formas de manifestação modificaram-se, mas seu teor de atuação permanece o mesmo com toda força e vigor.

A mulher negra que antes só cabia no papel de escrava, hoje só cabe no papel de empregada/doméstica. A nomenclatura modificou-se, mas o papel social, cultural e simbólico permanece o mesmo, tendo que enfrentar subalternidade, racismo e machismo, já que destoam efetivamente do padrão posto.

Por sua vez, a ideologia da democracia racial serve como uma crença que grita “Neutralidade!” pelo judiciário e o sistema de justiça, que lhes impossibilita reconhecer casos de racismo. Como em todo mito, este anula e oculta questões, e mostra o que convém, tanto para o anunciador, quanto para o ouvinte. (GONZÁLEZ, 1980; ALMEIDA, 2019).

De acordo com González (1980) essa ideologia exerce sua violência simbólica de maneira peculiar sobre a mulher negra. Se por um lado, na condição carnavalesca a mulher negra se transforma em um objeto de desejo, enaltecida e endeusada, o outro lado é posto quando ela é retirada desse lugar, retornando novamente a condição de empregada doméstica.

Inferimos que a negação do racismo é mantida por essa construção idealizada de que há, no Brasil, uma democracia racial, onde todos são bem-vindos e bem-vistos em sua conjuntura. E que o narcisismo próprio a estrutura da cultura do Brasil tem como seu herdeiro o racismo estrutural, o qual se mantém a partir da ideologia da democracia racial. Este sistema se auto retroalimenta e oferece as condições perfeitas para o feminicídio de mulheres negras.

A combinação de racismo e sexismo faz com que quando se pense em mulher, pense-se em mulher branca, e quando se pense em pessoa negra, pense-se em homem negro. Tal questão veste-se das consequências da intersecção entre os marcadores sociais que produzem segregação e marginalização dos indivíduos dependendo de sua raça, classe e/ou gênero, levando a mulher negra a estar na posição mais baixa da hierarquia social construída pautada em racismo estrutural. (BIBIANO, 2022).

De acordo com Carneiro (2020) o racismo exerce grande impacto sobre as relações de gênero, sendo ele o determinante da hierarquia de gênero em nossa sociedade, atribuindo à mulher negra o último espaço de ocupação.

DISCUSSÃO: FEMINICÍDIO E SUBJETIVIDADE

Baseada na construção teórico-metodológica erigida até aqui, o feminicídio é uma das diversas possibilidades de manifestação sintomática de uma sociedade que tem por maior ferida a presença de objetos que em nada se assemelham com o seu ideal de ego estabelecido, isto é, à única imagem que deseja vislumbrar narcisicamente ao se contemplar.

O feminicídio tem em uma de suas bases uma dimensão da exclusão. A exclusão moral. Bento (2002, p. 5), aponta que a exclusão pode ser compreendida como “descompromisso político com o sofrimento do outro”. E sua vertente moral é composta por uma “ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos”.

A autora aponta que a exclusão moral traz como primeiro passo a desvalorização do outro como indivíduo, e até como ser humano. Aos excluídos moralmente restam o lugar de sem valor, indigno, prejudicado e explorado. Podendo esta assumir faces inflexíveis, como o genocídio. E por que não o feminicídio?!

Esse tipo de exclusão ganha espaço no que Maria aponta como *necessidade de pertencimento social*. Essa demanda esclarece que o investimento social que atribuímos a nossa própria identidade, advém da forte ligação emocional que temos com o grupo ao qual pertencemos. Isto nos leva, então, a defendermos e protegermos os valores do nosso grupo, uma vez que, a imagem que temos de nós vincula-se à imagem deste, e por outro lado, a excluirmos os demais não pertencentes a ele.

Embora essa dinâmica faça parte da psique de todo indivíduo em grande ou pequena medida, é mais um indício de uma exclusão própria a objetos específicos dentro da cultura brasileira. Dessa forma, por não conseguir cumprir os critérios de aceitação e não pertencer a classe dominante nem em gênero e nem em raça, a mulher negra se encontra fora do universal moral desta, e portanto, é julgada com mais dureza e têm em sua própria exclusão a justificativa de exploração, descaso e desumanidade nas quais são alvas. (BENTO, 2002).

Além da exclusão, um outro ponto central que fomenta inconscientemente a prática consciente do feminicídio contra mulheres negras, é um sentimento próprio ao narcisismo, o chamado ódio narcísico. Este estar para a não identificação, assim como, o amor narcísico estar para a identificação. O que se torna claro ao analisarmos que a mulher negra se caracteriza extraordinariamente contrária ao que o padrão narcísico cultural idealizado do homem europeu apresenta. (BENTO, 2002).

O feminicídio é um fenômeno fruto do racismo e do sistema econômico, político e jurídico, que reproduz a condição de subalternidade da mulher negra, atacando-a como sua vítima mais suscetível. No Brasil no ano de 2003 o índice de homicídio de mulheres brancas diminuía em 9,8%, e o de mulheres negras crescia significativamente em 54,2%. (WAISELFISZ, 2015).

O Atlas da Violência (2021, p. 38) aponta que no ano de 2019 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto a taxa de feminicídios de mulheres não negras foi o equivalente a 2,5, a taxa para as mulheres negras foi de 4,1. “Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras”.

Outros dados apontam que no ano de 2009 a taxa de mortalidade de mulheres negras era superior a de mulheres não negras em 48,5%, e dez anos depois esse número subiu para 65,8%. Deste modo, temos os seguintes resultados entre 2009 e 2019:

[...] o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou aumento de 2%, passando de 2.419 vítimas em 2009, para 2.468 em 2019. Enquanto isso, o número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período, passando de 1.636 mulheres mortas em 2009 para 1.196 em 2019. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 40).

Em porcentagem, no ano de 2019, todos os feminicídios ocorridos no estado de Alagoas foram de mulheres negras, resultando no percentual de 100%. Nos estados de Amapá e Sergipe tivemos a taxa de 94% das mortes sendo de mulheres negras para 6% de mulheres negras. Na Bahia, o índice foi de 92% a 8%. Nos estados do Tocantins e Pará, o resultado foi de 91% para mulheres negras e 9% para não negras.

O site Câmara dos deputados publicou um debate ocorrido em uma comissão geral no ano passado, o qual concluiu-se que das 1.350 mortes por feminicídio em 2020, a maioria foi de mulheres negras. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

O site G1 em seu blog voltado para o monitoramento da violência trás registros de que a mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio, enquanto que as mulheres brancas integram quase a metade dos casos registrados de lesão corporal e estupro. Os autores apontam que apesar dos dados, as mulheres negras portam mais dificuldades em realizar denúncias por não serem assistidas pelos serviços públicos de proteção, como deveriam ser. Os dados apresentados apontam que 75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre do ano de 2020 no Brasil foram negras. (VELASCO *et al*, 2020).

De acordo com dados do Quadro 1, apresentado abaixo, adaptado das informações obtidas pelo site G1, nem sempre temos acesso aos dados na íntegra devido ao ocultamento de informações, mas é possível notarmos a diferença significativa entre os dados de mortalidade de mulheres negras pelo crime de feminicídio em relação a mulheres brancas.

Dados sobre o feminicídio no Brasil
10 estados não divulgam os dados de forma completa (sete não apresentam nenhuma informação sobre raça e três têm apenas números parciais)
Em mais da metade dos casos de quatro dos cinco crimes pesquisados não consta a raça (seja porque ela não foi divulgada, seja porque o campo aparece como 'não informada')
Dos 889 homicídios com a raça informada, 650 (73%) foram cometidos contra mulheres negras
No caso dos feminicídios, as mulheres negras representam 60% do total (198 dos 333 crimes em que a raça está disponível)
Já nos casos de lesão corporal, as negras compõem 51% das vítimas em que a raça é informada
O percentual das mulheres negras vítimas de estupro é de 52% (1.814 de 3.472 registros)

Quadro 1 - Dados sobre o feminicídio no Brasil

Fonte: G1 (adaptação nossa)

As figuras abaixo corroboram também com as discussões apresentadas ao ilustrar os dados numéricos e dados gráficos a quantidade de mulheres negras submetidas a violências corporais, o que indica um alto grau de violência, ocorrido, muitas vezes, até dentro do próprio espaço doméstico até seu ápice, marcado pela relação de interseccionalidade entre o racismo e o machismo que toma a figura feminina como sujeito de subserviência às suas diretrizes, as impedindo da autonomia e a própria vida, longe se sua dominação.

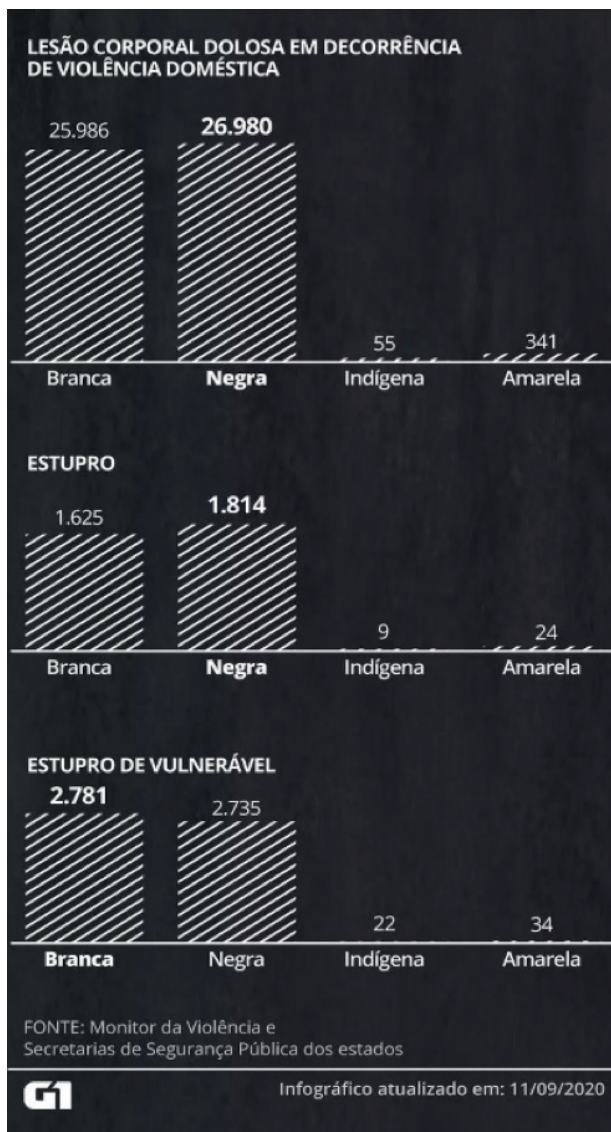




Figura 2 - Dados de lesão corporal em decorrência de violência doméstica

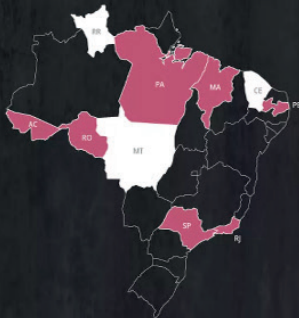
Fonte G1

Violência contra a mulher por raça

Levantamento mostra que mulheres negras são principais vítimas de homicídio e feminicídio; estados têm falhas na transparência dos dados

 Não divulgaram qualquer dado de raça de mulheres

 Divulgaram dados parciais de raças de mulheres



MULHER NEGRA NO BRASIL

3 a cada 4 mulheres assassinadas

3 a cada 5 mulheres mortas por feminicídio



Metade das mulheres vítimas de estupro

Metade das adolescentes e crianças vítimas de estupro de vulnerável

Metade das mulheres vítimas de lesão corporal em decorrência de violência doméstica

HOMICÍDIO DOLOSO



FEMINICÍDIO

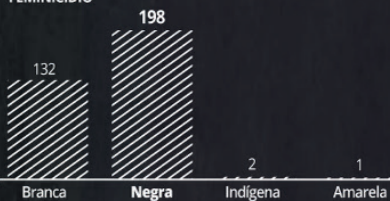


Figura 3 - Dados de violência contra a mulher por raça

Fonte: G1

Em conclusão, os dados apontados revelam a consequência máxima do ciclo de violência dirigida contra as mulheres negras, uma vez que essas mulheres sofrem violências desde sua fase infância, sendo atacadas por conta de seu cabelo, tom de pele, falta de representatividade, tendo consequências principalmente em sua autoestima. Há uma violação racial desde quando se é criança, a partir de uma estrutura racista que determina que meninas negras são inferiores, e são essas meninas que mais tarde sentiram o apogeu dessa inferioridade. (TRINDADE, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solidão me queima por dentro. Até quando irei sofrer?

A sociedade patriarcal, machista, escravocrata me tira a possibilidade de ser.

Sete em cada dez mulheres assassinadas são negras. Os nossos salários são menores. Somos vítimas do analfabetismo e do desemprego.

Por causa da construção histórica e social somos as maiores vítimas de violência sexual.

Tenho medo de ser estuprada, minha dor não é reconhecida, o estado invisibiliza o meu sofrimento, a cor da minha pele me faz padecer.

Sou mulher preta, minha luta é diária.

O sofrimento tem cor e ninguém se ocupa dele!

A escola não vai abordar, a saúde não vai atender.

O banzo é o sofrimento psíquico dos que não pertencem, dos que não se pertencem, dos despossuídos de voz, dos que não tem estética e inteligência. Não, por não ter de fato, mas por não permitirem ter.

*A estrutura me ignora, o racismo estrutural me coloca novamente no tronco e se eu disser que sofro, ah! Eu me vitimizo. Então, passo pela vida sentindo as chicotadas que até hoje sangram o meu corpo e a minha alma de **MULHER NEGRA**. (grifo da autora).*

NEUZA MARIA, 2022.

Com o desenvolvimento do presente estudo pode-se constatar que o Brasil foi construído sob uma estrutura que confere à mulher negra um lugar de segregação na base da hierarquia social. Tendo o racismo e o sexismo como instrumentalização de classificação e características principais em seu ideal de ego, nossa sociedade em sua não identificação narcísica com esses indivíduos a colocam em uma posição de eliminação, que já estas ferem seu narcisismo cultural: uma sociedade embranquecida e machista.

Desta forma, a mulher negra é marginalizada, também, no âmbito psíquico do inconsciente brasileiro. Estando mais vulnerável a todos os tipos de violência, inclusive ao crime de feminicídio que se configura como a ação máxima de eliminação desse objeto de ódio.

As concepções de ações estaduais ou federais que se voltem para a minimização deste infortúnio devem ter o seu olhar racializado, para que compreenda que as mulheres são afetadas de maneiras diferentes a partir de sua raça e classe. Bem como todas as outras estratégias de eliminação ou diminuição desse sofrimento devem ser construídas sob um olhar de raça.

Espero que as ciências psicológica e psicanalítica continuem mergulhando seus estudos nesse área, entendendo que a subjetividade humana também está implicada em uma herança estrutural da sociedade a qual se vive.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Bakhtiniana, v. 16, n. 3, p. 183-189, jul/set. 2019.

ASSIS, Camila Vieira da Silva de. Mulheres Negras, opressões, feminismo negro e entretenimento. *In: VI seminário Centros crise e mundo do trabalho no Brasil desafios para a classe trabalhadora*. Itaperi. 2018. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51242-15072018-114301.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo: Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. 2002.

BORTONCELLO, Sara Carolina Noce. Gênero, Cor e Classe: a invisibilidade da mulher no pós-abolição. **História e Democracia precisamos falar sobre isso**. São Paulo, 2018.

BIBIANO, Fábíola. **Mitos e Verdades sobre a mulher negra**. *In: II SIMPÓSIO DE PSICOLOGIA PRETA*, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mnQapa48cmU>. Acesso em: 05 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1983.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2020. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040018&forceview=1>. Acesso em: 07 set. 2022.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social. *In: Câmara dos deputados*. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-feminicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>>. Acesso em: 22 out. 2022.

COELHO, Elza Berger Salema; SILVA, Anne Caroline Luz Grudtner da; LINDNER, Sheila Rubia. **Violência: Definições e tipologias**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, p. 1-32.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência Técnica para atuação de psicólogos(os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

CREPOP. **Relações raciais**: referências técnicas para a atuação de psicólogos(os). 1. ed. Brasília: CFP, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIOP, Cheik Anta. Origem da espécie humana e Civilização egípcia. *In: Youtube*. 1985. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XpqzEytY4Bc>>. Acesso em: 15 out. 2022.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. Oxford University Press on Demand, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator 1983.

FREITAS, Eber. A leitura analítica e as 15 regras para ler um livro, segundo Mortimer Adler. **Livreiro nômade**. 2015. Disponível em: <<https://www.livreironomade.com.br/2015/10/a-leitura-analitica-e-as-15-regras-para.html>>. Acesso em: 5 set. 2022.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. 13, p. 11-125. 1990.

FREUD, Sigmund. **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos**. *In: Obras completas*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. 1925.

FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e ansiedade. *In: Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 79-168.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 14, p. 83-119. 1990.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes. 1988.

GODOY, Arilda. Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONZÁLEZ, Lélia. **O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômica**. Los Angeles: mimeografado, 1979.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**. Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GUIMARÃES, Agnes Sofia; MARTINS, Flávia Bozza; SILVA, Vitória Régia. "Sou negra e minha mãe branca disse que não existe negro bonito no Brasil". *In: Gênero e número*. 2022. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/racismo-mulheres-negras/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

IPEA. Homicídios Mulheres Negras. *In: Atlas da Violência*. 2021. Disponível em:

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. **Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social**. *In: Nova História das Mulheres*. (Org.) Carla Bassanezi e Joana Pedro. São Paulo: Contexto, 2010.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. 3ª. ed. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.

MARIA, Neusa. **Violência Doméstica com Recorte Racial**. *In: II SIMPÓSIO DE PSICOLOGIA PRETA*, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mnQapa48cmU>. Acesso em: 05 out. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MCLNTOSHI, Peggy. White privilege: unpacking the invisible knapsack. *In: Peace and freedom*. 1989.

MEINERZ, Carla Beatriz; STROHER, Carlos Eduardo. Branquitude e privilégio de cor: dimensão relacional do racismo entre jovens estudantes. **Revista Práxis**. Novo Hamburgo, v. 19, n. 2, p. 2-25, jul/dez. 2022.

MIGUELEZ, Oscar Manuel. **Narcisismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Escuta. 2007.

MONTEIRO, Juliane; MAGALHÃES, Wagner. Mulheres negras são as principais vítimas de assassinatos. *In: G1 Monitor da violência*. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>>. Acesso em: 22 out. 2022.

MOTA, Camila Veras. Da Roma Antiga ao século 20, violência foi fator-chave para reduzir desigualdade, diz historiador. **News Brasil** 21 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42723741>. Acesso em: 28 ago, 2022.

MUNANGA, Kabengele. A identidade negra no contexto da globalização. São Paulo: **Ethnos Brasil**. v. 1, n. 1, p. 11-20. 2002.

NICÉIAS, Carlos Augusto. **Introdução ao narcisismo: O amor de si**. Ed. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013.

KRUG, Etienne *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002. p. 1-380.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**: Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Orientadora: Maria Suely Kofes. 2008. 324 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2008.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flávio. Razões afirmativas: pós-emancipação, pensamento social e a construção das assimetrias raciais no Brasil. *In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza. GOMBERG, Estélio. Racismos: olhares plurais*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 45-92.

Programa de Ação do Movimento Negro Unificado, Salvador, 1992, p.17-18.

REINO, Luiz Moreno Guimarães; ENDO, Paulo Cesar. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-27, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 out. 2022.

RIBEIRO, Djamilia. O que é lugar de fala? **Letramento**: Belo Horizonte. 2017.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing, **Estudos Feministas**, n. 2, p.446- 457. 1995.

SILVA, Ariane et al. Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência. *In*: **Revista Azmina**. 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/revista-azmina/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. *In*: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017, p. 19-32.

TRINDADE, Thayna. Trajetória de violência contra mulheres negras. *In*: II SIMPÓSIO DE PSICOLOGIA PRETA, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ao4vTA82NP0>. Acesso em: 05 out. 2022.

VEJA. Capitais da Solidão. *In*: **FGV Social**. 2005. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/midias/capitais-da-solidao>>. Acesso em: 30 out. 2022.

VELASCO, Clara *et al.* **Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2022.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília, 2015.